



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA**

**MOÇÃO Nº 071 , DE 21 DE JUNHO DE 2005**

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhes são conferidas pela Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, Anexo à Portaria no 499, de 18 de dezembro de 2002, e

Considerando que incumbe ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 225, § 1o;

Considerando que a água é um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, segundo o art. 1o, incisos I e II da Lei Federal no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em seu art. 1o (I e II);

Considerando que são áreas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, as nascentes e os mananciais, segundo a Lei Federal no 4.771, de 15 de setembro de 1965; a Resolução no 303, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA; a Constituição do Estado de São Paulo, em seu art. 233; e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu art. 265, inciso III;

Considerando que a Mata Atlântica e os Vales do Rio Paraíba são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, segundo a Constituição do Estado de São Paulo, em seu art. 196;

Considerando que o Rio Paraíba do Sul é declarado como área de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais, segundo a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu art. 266, inciso III;

Considerando que o Estado deverá promover o inventário, o mapeamento e o monitoramento das coberturas vegetais nativas e de seus recursos hídricos, para adoção de medidas especiais de proteção, segundo a Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 216 (§ 1o);

Considerando os altos índices de poluição industrial, agroindustrial e orgânica do Rio Paraíba do Sul, e o desmatamento indiscriminado de suas margens, evidenciados pelo jornal "O Globo", na série jornalística "Morte Anunciada", publicada entre os dias 11 e 18 de abril de 2004; e

Considerando que 14,3 milhões de pessoas são beneficiadas com o abastecimento de água oriundo do Rio Paraíba do Sul, resolve:

Aprovar Moção a ser encaminhada a(os) Excelentíssimo(a)(s) Senhor(a)(es) Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República; Rosinha Garotinho, Governadora do Estado do Rio de Janeiro; Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais; ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH, e ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-CEIVAP, recomendando a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

**MARINA SILVA**